



DESAFIOS E NECESSIDADES DA VALORIZAÇÃO CULTURAL NORDESTINA EM SALA DE AULA

Ana Luiza de Oliveira Castro

Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social - UFC
al.oliveiracastro@gmail.com

Meiriane da Silva Pinheiro

Mestranda em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis - UNILAB
meirianehistoriadora@gmail.com

Antonio Roberto Xavier

Professor - UNILAB
roberto@unilab.edu.br

Resumo

O preconceito e a discriminação têm multifaces e diversos alvos e atores, os quais classifica-se os sujeitos a partir de padrões sociais valorizados culturalmente, pormenorizando o que tiver fora do padrão definido. O presente estudo, cujo tema é a diversidade cultural, tem o título “desafios e necessidades da valorização cultural nordestina em sala de aula”. O objetivo do trabalho é identificar que situações que desafiam a prática de valorização da cultura nordestina em sala de aula, seguindo uma perspectiva do contexto das próprias escolas da região nordeste do Brasil. Para desenvolver o trabalho, a metodologia adotada foi a da revisão bibliográfica, que consiste na consulta dos trabalhos, estudos e pesquisas já realizados abordando a temática objeto de estudo. Ao final, pode-se concluir que o desafio consiste num trabalho formativo dos professores para que possam atuar pedagogicamente para valorizar a cultura nordestina e desconstruir concepções ideológicas que sustentam o preconceito e a discriminação geográfica.

Palavras-chave: Cultura nordestina. Preconceito. Desafios na sala de aula.

Introdução

Historicamente há culturas que são valorizadas, enquanto outras são contrariamente consideradas inferiores. Nesse contexto é que se usa o próprio termo cultura para valorizar alguns, principalmente ao se afirmar que determinados grupos têm cultura. A esses indivíduos também são reconhecidos valores e aspectos sociais que se



associam a essa afirmação, principalmente educação, ou seja, esses mesmos indivíduos que têm cultura também têm educação.

O texto desenvolvido a seguir discute essas questões conceituais historicamente construídas sobre a cultura e a educação de alguns grupos. Têm-se ainda uma busca de reflexão sobre como uma cultura é considerada inferior ou superior, que aspectos determinam essa classificação. A partir daí, segue-se para o contexto de sala de aula e como isso deve ser trabalhado na escola.

O trabalho tem como objetivo identificar que situações desafiam a prática de valorização da cultura nordestina em sala de aula, seguindo uma perspectiva do contexto das próprias escolas da região nordeste.

Para alcançar esses objetivos utilizou-se como método a pesquisa de revisão bibliográfica, identificando e analisando as contribuições de estudos e pesquisas sobre a temática abordada.

Em contexto de escolas do nordeste, cujos sujeitos são, geralmente, alvos de diversos preconceitos e, por vezes, atores do próprio preconceito ou similares, um trabalho de valorização da diversidade cultural se torna importante para que se possa reverter essa condição ideológica.

Desenvolvimento

O fora do padrão parece assustar e tomar a tranquilidade de muitos. O fato é que ficou estabelecido um padrão para tudo. Há um padrão de comportamento, de hábitos, de valores, de tipos, de origens, etc. Nesse padrão, há aspectos valorizados e outros refutados. Em todos os casos, isso é algo aprendido.

Tomando como base as palavras de Nelson Mandela (1918-2013), Savazzoni (2015) expõe que o preconceito e a discriminação são comportamentos aprendidos socialmente: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.” (SAVAZZONI, 2015, p. 40).



Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

No entanto, não se pode exigir tanto (amar), quando não se tem sequer a tolerância, uma das condições iniciais para que se possa haver o respeito a qualquer diferença.

A autora esclarece que ambas as atitudes, preconceito e discriminar, expressam sentimentos individuais de superioridade sobre o outro (SAVAZZONI, 2015). Mas, é preciso destacar que esses sentimentos, muitas vezes, se coletivizam, criando um comportamento e atitudes preconceituosas e discriminatórias mais frequentes e banais aos olhos da sociedade. Ao mesmo tempo, é preciso identificar de que forma e sobre que bases se sustenta essa autossuperioridade.

Savazzoni (2015) destaca:

Tal sentimento é respaldado por conceitos econômicos, sociais, religiosos e até mesmo pela distorção de conceitos científicos, segundo os quais, haveria o direito de prejudicar o outro em razão de seu gênero, cor de pele e etnia, orientação sexual, religião, tanto quanto teorizar acerca de classes sociais além do aspecto econômico propriamente dito, subjugando esse outro como um ser inferior, indigno de respeito. (SAVAZZONI, 2015, p. 40).

Ao se referir ao preconceito regional, cuja origem do sujeito determina a probabilidade do mesmo ser vítima ou ator do ato preconceituoso, pode-se questionar então se é um sentimento simplesmente demarcado pela geografia. Dificilmente. Há muito mais nisso, pode-se pressupor. Afinal, se fosse apenas uma questão geográfica, de localização, o sujeito praticante, inserido no contexto da vítima, também teria uma inversão de seu papel, passando a ser alvo de seus conterrâneos.

Para Albuquerque Júnior (2012), o homem é naturalmente gregário, demarcando o território o qual considera como de seu pertencimento. Ao mesmo tempo, como produtor de cultura e símbolos, produz sentidos territoriais, como no ato de nomear esse território, definir limites, marcos e fronteiras. Essas ações simbolizam a posse. E isso acontece entre grupos humanos.

De acordo com Certeau (2002), citado por Albuquerque Júnior (2012), a primeira atitude portuguesa ao chegar nas américas foi nomeá-la. Ato que o autor considera como início da colonização e dominação do território brasileiro.

Ao procurar demarcar seu território e traçar fronteiras, os homens buscam definir e diferir suas identidades das dos demais, algo que cresceu junto com o surgimento das civilizações, como exposto por Hartog (2004), citado por Albuquerque



Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

Júnior (2012), ao citar a definição dos povos bárbaros, definição adotada com base no que era diferente ser grego e pertencer ao território grego ou ter os mesmos costumes. Dessa forma, eram inimigos pelas diferenças.

Esse pensamento antecede a civilização grega e a ultrapassou igualmente:

O que ocorrerá, com frequência, na história humana, é que este grupo estranho, estrangeiro, diferente, como os bárbaros, não precisará ser descrito ou conhecido com precisão; bastará para ele uma breve descrição, uma assertiva ou um conjunto de afirmações que o definirá previamente e definitivamente, antes que qualquer contato em busca do conhecimento se faça; e o que é mais problemático, é que nenhum contato conseguirá, muitas vezes, desfazer ou questionar a definição previamente dada. É a estas definições prévias, definições ou descrições que não advêm do conhecimento do outro, mas que nascem da hostilidade, da distância ou do desconhecimento do outro, que chamamos de preconceito. O preconceito, como a própria palavra deixa entrever, é um conceito prévio, um conceito sobre algo ou alguém que se estabelece antes que qualquer relação de conhecimento ou de análise se estabeleça. É um conceito apressado, uma opinião, uma descrição, uma explicação, uma caracterização, que vem antes de qualquer esforço verdadeiro no sentido de se entender o outro, o diferente, o estrangeiro, o estranho, em sua diferença e alteridade. O preconceito quase sempre fala mais de quem o emite do que daquele contra o qual é assacado, pois o preconceito fala dos conceitos da sociedade ou do grupo humano que o utiliza. O grego atribuía ao bárbaro tudo aquilo que em sua cultura era considerado negativo ou atrasado. Ao descrever um bárbaro, um autor grego descrevia mais o que os gregos julgavam ser os aspectos negativos das sociedades humanas do que propriamente como o grupo chamado de bárbaro era. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 10-11).

Em se tratando de grupos humanos pertencentes a mesma nação, no entanto, que motivações seriam consideradas na ação de inferiorizar um em relação ao outro? Certamente, as diferenças são o que definem isso. No caso do Nordeste e seus habitantes e do Sul e seus habitantes, ambos brasileiros, o fato do país ter dimensões continentais não justifica o contexto do preconceito pelo desconhecimento que encaminha ao pré-conceito, principalmente se considerada as características das sociedades contemporâneas globalizadas. Mas é exatamente o oposto, o que os impulsiona é o conhecimento dessas diferenças. E o que os sustenta é a não aceitação dessas.

Os gregos atribuía aos bárbaros o que era negativo e atrasado, o que não deixa de ser diferente na relação entre sul e nordeste brasileiro. O mesmo acontece em nível mundial, ao diferir Europa e África, América do Norte e América Latina. E ainda em níveis mais locais, ao diferir cidade e campo.



Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

Estes preconceitos quase sempre estão ligados e representam desníveis e disputas de poder e nascem de diferenças e competições no campo econômico, no campo político, no campo cultural, no campo militar, no campo religioso e nos campos dos costumes e das ideias. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 11).

Cabe a reflexão se é de toda diferença que se alimenta o preconceito e sobre quais desses sustenta o preconceito regional. Pois, no caso do Brasil, como exposto por Savazzoni (2015), há um universo de diversidade: etnias, gêneros, idade, escolaridade, classes, origens, moradias, sexualidade; ao que se pode acrescentar: crenças, ideologias políticas, sotaques, costumes, etc. Ao que parece ainda é a padronização o anfitrião da questão.

E que padrão é esse, que a tantos atormenta? Analisando os preconceitos descritos e analisados por Savazzoni (2015), o padrão citado se materializa no aspecto do gênero, sexualidade, raça e econômico. Então, têm-se o homem, másculo, branco e rico como o padrão considerado ideal pelos diferentes grupos.

Mas, ao mesmo tempo, se isso fosse o bastante, um sujeito nordestino com esse perfil não teria possibilidades de sofrer preconceito no Sul ou um brasileiro desse perfil, também não, na Europa ou nos Estados Unidos. Caso isso não acontecesse, o território seria um modificador do papel dos sujeitos. Pois, dentro do seu próprio contexto nordestino, esse seria um perfil de sujeito preconceituoso, mas fora de seu contexto, teria o perfil de possível vítima de preconceito.

Deve-se destacar, no entanto, que não se pode generalizar. O perfil padrão apresentado não é via de regra o agente do preconceito ou do contrário, pois como destacado, o preconceito é sempre algo mais intimista e individualizado, que, por vezes, se coletiviza.

Mas, diante da modificação do papel dos sujeitos do preconceito em razão do território, pode-se acrescentar o exemplo de Britto (2017), Cezar Britto, sergipano e advogado, ao citar o preconceito sofrido quando no cargo de Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, ao palestrar em uma conferência nacional da área na Bahia e ser evocado por catarinense que até então era descrente da possibilidade de haver nordestinos com inteligência suficiente. Ou ainda de quando no território sulista, em Camboriú, já presidente da OAB, foi ao local da sua palestra antecipadamente para interagir com aqueles que o assistiriam e foi ordenado a servir água por uma advogada ricamente vestida, a quem serviu, mas não recebeu agradecimento. Ao invés disso,



Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

ouviu a exposição da impaciência da senhora em razão pela demora, pois, ela sabendo ser o palestrante um nordestino, expusera que são sempre preguiçosos e que deveria estar dormindo. Mas, no momento em que ele foi chamado como palestrante e presidente da OAB, a mesma se retirou do local prontamente.

Há, nesse exemplo, fuga do padrão de gênero, mas não de território. A agente do preconceito em seu papel territorial de superioridade demonstra seus pré-conceitos sobre o sujeito nordestino, que apesar de não se encaixar em perfis menos superiores, foi alvo do preconceito pelo simples fato geográfico.

A partir disso é possível perceber haver um estereótipo aplicado aos sujeitos a partir do aspecto territorial. Esse tipo de comportamento não isola o sujeito alvo, mas sim o pensa coletivamente e de forma negativada e pejorativa.

Ao definir estereótipo, Albuquerque Junior (2012) diz:

É uma fala arrogante, de quem se considera superior ou está em posição de hegemonia, uma voz segura e autossuficiente que se arroga no direito de dizer o que o outro é em poucas palavras. [...]. O cabeça-chata é uma forma estereotipada de dizer o que é o nordestino, reduzindo-o a seu corpo e este à sua cabeça e generalizando um dado formato de crânio, que é encontrado em algumas populações que vivem na região, para todo e qualquer habitante deste espaço. Da mesma forma que dizemos que todo judeu tem nariz adunco ou pensamos que todo alemão tem os pés grandes ou são altos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 13-14).

O fato é que essas ideias se consolidam para todos, tanto para quem não é nordestino, como para quem é, mesmo que de forma indireta e/ou desproposita. O nordestino, a partir disso, passa a se perceber da forma como é descrito, se diferenciando do outro a partir das características deles. E isso, acaba moldando seu comportamento e suas expressões. O mesmo acontece quando do analfabeto se compara com as pessoas que têm estudo. Sentem-se inferiorizadas.

A título de exemplo, Patativa do Assaré, na obra “Inspiração Nordestina”, ao apresentar o livro, avisa ao leitor que:

Leitô, caro amigo, não leia enganado.
É simples, bem simples, modesto e grossêro,
Não leva o tempero das arte e da escola,
É rude poeta, não sabe o que é lira,
[...]
Em vez de perfume e do luxo da praça,
Tem chêro sem graça de amargo suó,
Suó de cabôco que vem do roçado,
Com fome, cansado e queimado do só. (SILVA, 2018, p. 13)



Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

É possível perceber que na maioria dos casos, o aspecto econômico é o que de fato contribui para essa inferiorização do nordestino. A região do Nordeste brasileiro é a região com menor índice de desenvolvimento econômico, agravada pela seca. Mesmo fator que contribui para a estigmatização do continente Africano. Essas regiões, apesar de suas riquezas, sempre são associadas a pobreza e aos problemas sociais em decorrência disso.

Esses, no contexto da migração, acabam assim pensados:

[...] marco fundante a cultura da exclusão social, na qual o Nordeste seria o celeiro da neomiséria e dos excluídos sociais do Brasil pós-moderno. Constituído por grupos humanos pobres, pouco escolarizados e migrantes de diversas áreas em busca de melhores condições de vida que terminam por aumentar a população e os problemas das periferias das grandes cidades ou tornam-se moradores de rua. Muitas vezes, o ciclo da pobreza e do desamparo permanente transforma esses migrantes e seus descendentes em frutos da cultura urbana, agressiva e violenta. Assim, eles são levados a perder o perfil romântico e rural e a se tornarem refratários à sociabilidade. (ATAIDE, 2007, p. 52)

Em qualquer dos casos, o problema do preconceito e suas práticas e consequências sempre permeiam o cotidiano escolar, assim como também contribui para confirmar a subjetividade da inferioridade de determinados grupos. Isso acontece quando há exposição de crenças e religiões de forma preconceituosa; quando o nativo é apresentado apenas como o dominado e explorado; quando o negro africano é citado a partir da escravidão apenas, como se ambos não tivessem história antes disso; Quando o falar nordestino é considerado errado por não se enquadrar no padrão gramatical. Enfim, são essas e várias outras variantes que necessitam ser revistas.

No entanto, presume-se que a escola tenha um trabalho pedagógico que se volte para a construção da cidadania pautada no princípio da equidade e do respeito às diferenças. Mas como atingir essa presunção, se a própria formação dos professores atuais teve essas características?

Em se tratando de diversidade cultural, a cultura indígena e africana, raízes da cultura nacional, têm sido mais valorizadas nas escolas, até na busca do enquadramento às determinações legais. Nesse caso, é comum haver atividades escolares de valorização dessas culturas por meio de eventos anuais no calendário escolar, como, de acordo com Cavalcante; Oliveira e Xavier (2016), acontece em Ocara-CE, com a Mostra da Cultura Afro-Brasileira e Indígena de Ocara, realizada desde 2010.



Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

Esse tipo de trabalho é realmente necessário que aconteça na escola, pois é crucial para a superação dos estereótipos culturais construídos em torno dessas culturas. Mas, ao mesmo tempo, é preciso haver mais ações em prol do combate ao preconceito e da discriminação à cultura nordestina.

Não se trata de maquiar os fatos e problemáticas que existem e estão ligadas à região Nordeste, nem de valorizar apenas o que é positivo. Mas sim de um trabalho que valorize as singularidades tomando como base a diversidade que compõe o nosso país, cuja beleza se concentra exatamente na sua diversidade cultural. Nesse caso, o sentir-se diferente deve ser visto como algo positivo.

Figueiredo (2011) afirma: “A diversidade é tão natural quanto a própria vida.[...] Entretanto, parece que, na tentativa de garantir a promoção da igualdade, a escola está confundindo diferenças com desigualdades”. (FIGUEIREDO, 2011, p. 143). Apesar da abordagem da autora se encaminhar para as questões da educação inclusiva para as deficiências, o aspecto das culturas regionais também se aplica nesse sentido.

Assim, a formação de professores continua sendo a chave para esses paradigmas educacionais. É preciso haver um trabalho pedagógico de acolhimento da diversidade: “Nessa perspectiva, os professores também são aprendentes. Leva-se em conta a diversidade e as diferenças que compõem o corpo docente da escola. É neste lugar que o professor avança no modo de produzir sua ação e, assim, vai transformando sua prática.” (FIGUEIREDO, 2011, p. 144).

Para entender e distinguir culturas diferentes da sua é preciso em primeiro lugar, reconhecer e dominar a origem e desenvolvimento da sua própria. Sabendo disso, o sujeito entenderá a necessidade de conservá-la, defendê-la e engrandecê-la. E quando conhecer culturas diferentes da sua, é fundamental o indivíduo estar acessível e cordial a elas, deve se informar e explorá-las como maneira de dar importância e respeito ao pluralismo cultural que vivemos. (SOUSA et al., 2017, p. 2).

Desse modo, é preciso um trabalho conjunto e formativo iniciado na perspectiva do professor de sala de aula, para então atingir os alunos e construir um cenário de valorização dessa cultura.



Considerações finais

O preconceito é uma concepção ideológica que caminha entre as construções culturais da humanidade. A busca e a valorização de um padrão, sempre baseada no perfil econômico e na posição do poder sustenta a (des)valorização de determinadas culturas e isso reflete-se também como preconceito regional.

Enquanto construção cultural, portanto, o preconceito e a discriminação cultural são comportamentos aprendidos e, dessa forma, devem ser revestidos em prol do respeito e da valorização das diversidades.

No entanto, a escola, geralmente, adota uma posição mais frequente de discussão das desigualdades, o que acaba contribuindo para escanteio a questão da necessidade de tratar da diversidade.

Por outro lado, a diversidade e sua necessidade de abordagem, em geral, se apresentam mais frequente em relação às temáticas da inclusão escolar quanto às deficiências ou em termos de valorização da cultura afro-brasileira e indígena. Ao passo que a cultura nordestina, costumeiramente desvalorizada, não recebe ações pedagógicas diretas para sua valorização.

Assim, é preciso considerar que a escola, enquanto partícipe da construção da cidadania de seus alunos, estando ou não no território nordestino, procure valorizar essa cultura, como parte importante da diversidade da cultura nacional. Pois, somente a partir de um trabalho pedagógico bem direcionado, pode-se construir um cenário mais promissor de identidade nacional, o que requer preparo e formação para essa atuação.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. 3. ed. São Paulo: Edições MMM, 2012.

ATAIDE, Yara Dulce Bandeira de. Saga nordestina: identidade(s) cultural (is) e exclusão social. In NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (orgs). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007.

BRITTO, Cezar. **Os nordestinos e o preconceito nosso de cada dia**. Relato. Socialista Morena. 2017. Disponível em <<https://www.socialistamorena.com.br/os-nordestinos-e-o-preconceito-nosso-de-cada-dia/>>. Acesso em 18/12/2019.



Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

CAVALCANTE, A. C. L.; OLIVEIRA, J. C. L.; XAVIER, A. R. Políticas Culturais e Educacionais Indígena e Afro-Brasileira em Ocara-CE. *In* XAVIER, L. C. V.; CAVALCANTE, A. C. L.; XAVIER, A. R. (orgs). **Políticas culturais e educacionais étnico-raciais em Ocara-CE: gestão, participação e inclusão**. Fortaleza: Imprece, 2016.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. *In* MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SAVAZZONI, Simone de Alcantara. Preconceito, Racismo e Discriminação. Artigo. **Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito**, v. 12, n. 12, 2015, p. 39-75.

SILVA, Antonio Gonçalves da, (Patativa do Assaré), 1909-2002. **Inspiração Nordestina**. Rio de Janeiro: Circuito, 2018.

SOUSA, Aline Maria Santos de. Et al. **A escola como palco da valorização da cultura nordestina: apresentações parafolclóricas**. 2017. Disponível em <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_M D1_SA11_ID3319_18092018095326.pdf>. Acesso em 19/12/2019.